



Dossiê

GÊNERO E FEMINISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS E RACIALIZADAS

Organizadoras:

Júlia Abdalla (UFRB)

Patrícia C. Rosa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá)

Introdução

Nas últimas décadas, o ambiente da produção científica brasileira sobre gênero, raça, etnia, sexualidade, região e outras categorias de pertencimento social foi significativamente alterado. Parte desse cenário decorre de recentes transformações ocorridas nos mecanismos democráticos de inclusão da diversidade nas universidades, nas políticas públicas e sociais, na política e na sociedade. Dessa presença, resulta o alargamento dos horizontes de leituras femininas. No plano da produção de conhecimento, as diversas políticas de acesso à universidade e de expansão do sistema de ensino superior tiveram como alguns de seus impactos a modificação das agendas de pesquisa e das perspectivas metodológicas, cada vez mais animadas por orientações de pesquisa engajadas e articuladas por diversas formas de participação nas e das comunidades pesquisadas. A crescente consolidação dos estudos de gênero, com a formação de novos núcleos e grupos de pesquisa, serviu como âncora para essa intensificação das pesquisas engajadas e para a pluralização e crítica das perspectivas no interior do gênero.

Se torna cada vez mais difícil não sermos notadas. E parece ser neste espaço e condição permanente de luta e reconhecimentos, como nos lembra Angela Figueiredo na abertura deste dossiê, o lugar onde reside a “nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder”. Escrever, portanto, ganha ainda mais sentido mediante o aumento do autoritarismo e dos impactos sobre a democracia e os direitos humanos, nos últimos anos, fortalecidos pela retórica nacionalista que recorre ao discurso de ódio contra a diversidade.

Tendo esses movimentos em vista, este dossiê emerge de um exercício conjunto das organizadoras em reunir reflexões sobre experiências que articulam o gênero como parte dos modos de conceber e constituir as relações sociais em diferentes contextos, em particular aqueles em que essa categoria está necessariamente interseccionada com discussões de raça, território, região e etnia. Estes diálogos iniciaram em 2023, com a organização do Painel Temático “Género y comunidades tradicionales en América Latina: articulando reflexiones y sistemas de relaciones”, no IV Congreso Latinoamericano De Teoría Social, em Santiago, no Chile. Desse primeiro encontro, inspiramo-nos e organizamos o segundo encontro, no mesmo ano, desta vez, mais ampliado, chamando as colegas queridas Jurema Machado, Elisa Urbano Ramos e Ângela Figueiredo para compor a mesa redonda “Interseccionalidade: diálogos feministas Sul-Sul”, no 47º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). E, no ano seguinte, em 2024, já em preparação deste dossiê, mobilizamos no 13º Fazendo Gênero o Simpósio Temático “Experiências Negras Femininas que ensinam a ser: Gênero, comunidades tradicionais e racializadas”, interessadas na discussão sobre gênero e as interseccionalidades que a constituem.

Em 2025, ampliando as discussões sobre gênero, interseccionalidade e feminismos com comunidades tradicionais e racializadas, nós organizamos este Dossiê tramando o assunto com feminismos e experiências gendradas de/por mulheres racializadas (negras, indígenas, migrantes, entre outras), agregando contextos urbanos. O intuito foi provocar novos encontros e ampliar a circulação de novos elementos para a compreensão e teorização das intersecções, dos movimentos, cruzamentos ou sobreposições de categorias de pertencimento social (gênero, região, raça, etnia, etc.) a partir das experiências situadas dessas sujeitas. Nestes espaços, todos tivemos em comum a alegria de encontrar-nos com potencialidades femininas e feministas trazidas nas memórias e vozes de grupos de mulheres descritos em cada experiência. Aprendemos e reafirmamos com cada grupo organizado, cada marcha, cada aldeia, quilombo, assentamento rural, que são todos corpo-territórios. E são estes componentes, como nos sugerem um conjunto de autoras e perspectivas racializadas, os principais agenciamentos, os motivos e os envolvimento de sujeitas em lutas específicas, porém atravessadas e todas mobilizadas simultaneamente por gênero(s).

Quando a chamada ao dossiê se encerrou para submissão de manuscritos relacionados com realidades cujas experiências generificadas são, diretas e em múltiplas

particularidades, atravessadas/informadas por aspectos da racialidade, nos deparamos com aproximadamente 35 submissões realizadas. Nesse bojo, identificamos majoritariamente pesquisas em processo de desenvolvimento e geração de novos questionamentos sobre o tema, marcando a contemporaneidade do dossiê e contribuindo para minimizar o ainda carente campo de debate sobre gênero e povos e comunidades tradicionais e racializadas.

Instigadas pela possibilidade de contribuir para o desenvolvimento dessas leituras e ampliação do campo, o dossiê está organizado de forma a demonstrar, em meio a essa amplitude, os possíveis diálogos que podem ser tecidos por meio do aprofundamento das pesquisas de campo e dos debates metodológicos. Assim, reunir discussões e experiências permitiram não apenas enxergar esses contextos com outros olhares, mas, sobretudo, extrair novos dados, acessar outras análises e produzir conclusões diferenciadas. Em meio à riqueza das novas pesquisas, enfatizamos, mais uma vez, a necessária articulação com o trabalho empírico e as diversas formas de conhecimento das comunidades envolvidas para a produção desses novos olhares.

Ao enriquecimento das proveitosas relações de pesquisadoras com as comunidades e territórios pesquisados, soma-se, evidentemente, o diálogo com a literatura constituída dos estudos de gênero e das diversas disciplinas acadêmicas a partir das quais são feitas essas pesquisas. No dossiê, percebe-se a presença cada vez maior da circulação de autoras e pesquisadoras mulheres negras e indígenas, brasileiras, latino-caribenhas, na produção científica e como referências amplamente mobilizadas. Esse fato, como já mencionado, favorece a diversificação de perspectivas de análise e entendimento dos processos estudados e vivenciados e abriga discussões situadas. Esse tipo de abordagem contribui também, evidentemente, para a consolidação de pesquisas e atuações femininas racial, cultural e epistemologicamente diversas, amplificando olhares e possibilidades de complexificar qualquer tipo de categorização que reduza ou encerre agendas, ações políticas, eventos e sujeitos a um lugar imaginado. Dessa forma, ao selecionar textos de pesquisas em desenvolvimento e, por vezes, em estágios intermediários das formações em diferentes carreiras, buscamos justamente promover esses diálogos.

Talvez por isso, vocês encontrarão neste dossiê 12 artigos que abordam o tema, direta ou indiretamente, desde a perspectiva do lugar da experiência, de si ou de outra(s) mulher(es), transformada em escrita, em argumentos, propostas de análises e ferramentas

metodológicas. Reunir um número expressivo de manuscritos preocupados em articular gênero à interseccionalidade relembra-nos, por fim, da relevância e operação dessas categorias como fundamentais a qualquer tentativa de compreensão da constituição dos sujeitos políticos e das lutas sociais dessas populações, bem como em sua interação com o Estado, capital, fundações, agências e órgãos nacionais e internacionais e outros atores. Gênero e feminismos, nessa articulação, possibilitaram conhecer em operação como essas categorias de análises e de produção de sentidos espalhadas em contextos nacionais variados, do interior da Amazônia ao rural gaúcho. Nesses cenários etnográficos diversos, percebe-se que gênero, raça, etnia, região e classe seguem marcadores imperativos, mas emergem em cada texto enquanto instrumentos heurísticos e de incidências políticas particulares, associados a um conjunto de ferramentas capazes de descrever as realidades as quais se propõem simetricamente. A posicionalidade evidencia-se, portanto, como horizonte discursivo e é aportada através de diferentes lentes no decorrer do dossiê.

Tendências de estudos: Feminismo comunitário e escrevivência

O dossiê está dividido em três seções, além desta Introdução e do texto “Carta a Anzaldúa”, de Angela Figueiredo, referência nos estudos em questão e que muito nos alegra ao aceitar o convite para abrir esse dossiê. O texto é uma bela investigação, em diálogo com Glória Anzaldúa, dos limites e medos que se interpõem às mulheres negras em seus processos de formação e produção intelectual, com a qual certamente todas as leitoras e leitores terão muito a aprender, quer se identifiquem com esse lugar de produção ou não. Mas vai, ainda, bem além disso: ao revisita-lo para a publicação, Figueiredo nos presenteia, na Introdução, com sua leitura crítica dos processos que atravessaram os quase dez anos que separam a redação original do texto e a publicação nesse dossiê. O resultado é um texto tão rico quanto tocante, que nos orgulha publicar e que certamente provocará reflexões pelas décadas adiante.

Na primeira seção, “**Movimentos Sociais, Política e Estratégias de Ativismo**”, quatro textos delineiam algumas das diferentes formas de organização coletiva que têm sido desenvolvidas por mulheres racializadas no Brasil, perpassando contextos urbanos e rurais diversos e articulações de identidades políticas marcadas por distintas formas de pertencimento. O texto “Nós precisávamos fortalecer as mulheres nas bases: organizações políticas de mulheres indígenas e as trajetórias de duas lideranças femininas Pitaguary”,

de Priscila Gomes e Lia Pinheiro Barbosa, apresenta a conformação de Ceíça e Rosa Pitaguary como lideranças de suas comunidades, entrelaçando suas trajetórias com a consolidação de um movimento de mulheres indígenas no Ceará e no Brasil. Isso implica retratar os diálogos teóricos e políticos entre os movimentos dos povos originários, suas agendas políticas, e a questão de gênero conforme esta se apresenta para as mulheres indígenas, em suas variadas experiências e interfaces. Com uma valiosa recuperação histórica dos processos de organização dessas mulheres, em particular na região Nordeste, o artigo contribui ao apresentar a trajetória política dessas duas lideranças a partir de entrevistas e observação participante, inserindo-se no potente debate constituído nas últimas décadas por essas articulações e lideranças.

O segundo artigo desta parte, intitulado “Grupo de Mulheres Raízes do Cerrado: trabalho, lutas e saberes”, de autoria de Ana Cláudia de Campos e Maria Aparecida Rezende, apresentam pesquisa realizada com camponesas negras do Mato Grosso, discutindo seus conhecimentos do ambiente e formas de manutenção de um modo de vida sustentável. A pesquisa é centrada na experiência, uma noção cara aos estudos de gênero que tem sido recuperada e centralizada nos estudos mais recentes, tomando-a “fundamenta[l] para a construção de saberes e práticas que promovem a sustentabilidade e a resistência frente às diversas formas de opressão”. Essa noção é articulada principalmente pela investigação das formas de trabalho e conflitos envolvidos nesse universo, sendo o trabalho no campo compreendido como elemento de produção de identidade, articulada por meio da transmissão de conhecimentos, autoestima e emancipação, além do cuidado constituído relacionalmente, umas com as outras. Com isso, tornam possível entrelaçar as dimensões variadas da experiência dessas mulheres à noção de um feminismo comunitário.

Em “Educação política e gênero: um olhar para os cadernos de texto da Marcha das Margaridas de 2023”, Alice Vieira analisa os cadernos de texto da sétima Marcha das Margaridas tendo em vista sua relevância para o processo formativo contínuo que, afirma, constitui o período entre as marchas. A partir de alguns temas-chave explorados ao longo do texto - corpos-território; participação e representação política das mulheres; e a divisão sexual do trabalho -, Vieira afirma a relevância desse processo formativo para um evento formado por grupos diversos de mulheres rurais, bem como o processo de composição cooperativo, fruto de oficinas e trocas entre diversos parceiros institucionais e pesquisa, que resulta nesses cadernos. Dessa forma, a autora lança um olhar inovador sobre uma

representação dos importantes atos de manifestação coletiva - as marchas - que tomaram as últimas décadas, pensando-as como “sujeitos pedagógicos”.

O último texto dessa primeira parte, de autoria de Larissa Nunes, Carla Gomes, Livia Gurgel e João Paulo Barros, intitulado “A maior estratégia de militância e ativismo que eu vejo hoje é o encontro: a sapatonic como estratégia de re-existência de mulheres negras e lésbicas em movimentos sociais”, parte de pesquisa de campo com mulheres negras e lésbicas no Ceará para refletir sobre as intersecções de gênero, raça e sexualidade a partir de suas experiências. Para tanto, as autoras lançam mão da ideia de “encontro”, apresentada de diferentes formas pelas interlocutoras da pesquisa, para compreender as formas como essas interlocutoras passavam a entender-se a partir de suas identidades raciais e sexuais. A partir disso, intenciona contribuir para uma discussão da interseccionalidade a partir do campo empírico e da prática política.

A segunda seção é focada em “Diagnósticos Críticos” de contextos particulares como quilombos, comunidades rurais e territórios indígenas. Temos quatro artigos, todos informados por um olhar voltado a compreender elementos da sociabilidade dessas mulheres a partir de lentes simultâneas de gênero e raça.

O primeiro artigo, de autoria de Gabriela Borges, intitulado “Uma fronteira imaginária e duas realidades distintas: o cotidiano de trabalhadoras rurais gaúchas das comunidades pomerana e quilombola”, apresenta uma análise dos modos de vida das mulheres de duas comunidades tradicionais que, embora partilhem um território bastante próximo e a própria designação como comunidades tradicionais, são marcados por diferentes trajetórias e experiências sociais relativas ao trabalho e à família. Igualmente interessantes são as articulações dos encontros entre essas mulheres a partir do universo do trabalho e os efeitos que suas diferentes posições em termos raciais parecem ter em suas perspectivas de mundo.

Em seguida, o texto “Existências silenciadas e violências gritadas: por uma abordagem interseccional e decolonial da violência contra mulheres indígenas”, de autoria de Luciana de Freitas, trata sobre a violência contra mulheres indígenas sob uma perspectiva interseccional, convidando a todos a compreender as limitações das políticas públicas vigentes, como a Lei Maria da Penha, na garantia de proteção eficaz e equitativa às mulheres indígenas, identificando os limites de incidência e funcionalidade dos mecanismos de proteção. Como alternativa, a proposta do artigo indica a interseccionalidade como horizonte de apoio às transformações das políticas públicas,

pois articula diversas dimensões sociopolíticas, desafiando visões reducionistas, e com efeito, permitir enxergar que as relações de gênero dentro das comunidades também são impactadas pelas estruturas coloniais e patriarcais. Nesse caminho crítico, afastando todo tipo de relativismo, o texto reforça a necessidade da incorporação do aspecto intercultural nos mecanismos de proteção às mulheres, complexificando ainda mais os desafios que políticas públicas enfrentam ao considerarem a diversidade das vivências femininas em territórios indígenas, cada qual com suas particularidades. Para discutir o assunto, o texto recorre a algumas autoras do feminismo comunitário e debates feministas para nos chamar a atenção à necessidade de políticas públicas mais bem situadas e contextualizadas, e destaca um aspecto particularmente relevante, ao expor que as sociabilidades intraculturais devem ser de mesmo modo consideradas, compreendendo como as mulheres e homens indígenas não apenas enfrentam violências externas, mas também lidam com desigualdades e opressões internas. O desafio de articular universos de sentidos ao gênero e à violência distintos e, por vezes, semelhantes, é colocado sob luz.

O terceiro artigo intitulado “O protagonismo feminino rural em uma comunidade do Recôncavo da Bahia”, de autoria de Fabiane Oliveira dos Santos e Eliene Gomes dos Anjos, descreve as experiências de agricultoras familiares inseridas em uma associação na comunidade rural do Recôncavo baiano. Ao atuarem nessa associação o grupo de mulheres busca evidenciar formas de protagonismo femininos negros que atuam para romper as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. Além disso, as autoras expressam no texto suas vivências junto às protagonistas, contribuindo de modo instigante para os debates sobre posicionalidade e que têm como interesse a interação entre gênero, raça e classe em comunidades racializadas. O artigo desvela e discute de forma clara e acurada a relevância do pertencimento social e os desafios enfrentados pelas mulheres negras no campo, assim como dialoga diretamente com as questões como a constituição de sujeitos políticos, os desafios impostos pela divisão genderificada do trabalho e a interação das mulheres com o Estado e o capital.

O último texto da seção, “Mulheres negras e quilombolas de Umarizal: histórias e desafios na educação escolar”, de autoria de Rita de Cássia Barroso da Igreja e Francilene de Aguiar Parente, realiza, de modo inspirador, uma análise sobre o papel das mulheres negras e quilombolas da comunidade de Umarizal, no município de Baião, no Pará. Com ênfase na Lei nº 10.639/03, o texto propõe-se a discutir o seu impacto no

currículo escolar quilombola da Escola Municipal de Ensino Fundamental, na comunidade de Umarizal. As autoras apresentam resultados de pesquisa que discutem a contribuição dessas mulheres na história e cultura de sua comunidade, além de abordar os desafios enfrentados por elas na educação escolar e as estratégias utilizadas para garantir seus direitos. Nessa esteira, as experiências relatadas destacam de modo potente a cara relação entre a escravização das mulheres e a opressão histórica e sistemática que as acometem, e visibiliza as múltiplas formas de resistência, lutas e conquistas no campo educacional, e por uma vida digna. A leitura do texto oxigena as perspectivas de entendimentos e revela-se de grande pertinência, especialmente considerando as experiências de transformações políticas que unem essas mulheres racializadas no contexto de desigualdade racial e social persistente no Brasil. Apesar do machismo estrutural ainda presente, o texto revela como as mulheres de Umarizal têm resistido, garantido a amplitude de acesso à educação e, emancipando-se e rompendo com a lógica da domesticidade. Elas passaram a ocupar espaços decisórios, a ocupar espaços educacionais e profissionais, antes inimagináveis e negados.

Por fim, a terceira seção, **“Outras experiências de pesquisa e resistência”**, está organizada com quatro textos que ilustram a amplitude das formas de mobilização e intervenção produzidas a partir dessas comunidades tradicionais, incluindo experiências que entrecruzam diferentes atores e espaços institucionais, promovendo encontros e o desenvolvimento de diferentes estratégias de articulação.

O primeiro artigo dessa seção, intitulado “Quem são as deputadas federais negras no Brasil? Uma análise das parlamentares na plataforma Instagram”, de autoria de Letícia Conceição Martins Cardoso e Nayara Cristina Silva Ferreira aborda com notável pertinência, articulação entre identidade, raça e feminismo com a análise de práticas discursivas no Instagram. O texto contribui de maneira significativa para os debates interseccionais sobre representação política, performance parlamentar, cultura digital e estudos de gênero. A abordagem das autoras lança olhares novos e alimenta caminhos possíveis para minimizar os desentendimentos sobre a sub-representação política de mulheres negras no Brasil e promover, com isso, mudanças significativas. Para isso, as autoras mobilizam um entendimento situado e embasado em robusta revisão bibliográfica, fundamentada adequadamente para a análise cultural proposta, com manejo acurado dos conceitos de autores como Lelia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Kabengele Munanga.

Na sequência do dossiê temos o texto “Cinema Indígena de mulheres: Audiovisual, corpo, terra e gênero na obra artística de Olinda Yawaew”, de autoria de Fernanda Capibaribe Leite e Karliane Macedo Nunes. Em um momento em que o cinema de mulheres indígenas brasileiras é celebrado internacionalmente, o artigo atenta-se ao trabalho de Olinda Yawar, artista dos povos Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe (Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu, no sul da Bahia), como cineasta, curadora, jornalista e ativista ambiental. As autoras nos convidam a pensar a relação da artista indígena com a Katahrine - rede de cineastas da qual participa – para sugerir as intersecções entre corpo, território, gênero e cinema. De escrita fluida e detalhada, o texto argumenta que sua obra aglutina “sentidos amplos que reivindicam a visibilidade do protagonismo de mulheres indígenas realizadoras de histórias múltiplas”. Para ilustrar essas histórias, o texto dedica-se aos filmes e performances de Olinda – de Retomar para existir (2015) a Ibirapitanga (2022), passando por Equilíbrio (2020) e Kaapora, o chamado das matas (2020), além de Lili (2022) e Ibirapema (2022) – expondo os processos de transformação (devir-onça, devir-árvore) e cotejando os filmes aos conceitos de “oralitura”, “corpo-tela”(Leda Maria Martins) e de “fabulação crítica” (Saidiya Hartman). O artigo inova e ganha densidade quando esses processos explicitam a dimensão posicionada da pesquisa, que se propõe como “uma coalizão poético-política”; um movimento que não repita a lógica de “apropriação, incorporação e identificação categórica, mas fure em profundidade as estruturas que sustentam o patriarcado, e os “ismos” que se configuram como fobias sociais”.

Deslocando-nos para a cidade de Barra do Turvo, estado de São Paulo, o próximo texto, intitulado "Repensando o fazer tecnológico: a construção de uma rede comunitária feminista no quilombo Ribeirão Grande, Terra Seca", de autoria de Bruna Zanolli, Bruna Mendes e Bianca Pessoa, apresenta os desafios e estratégias geridas por mulheres racializadas visando garantir o acesso à comunicação. O texto baseia-se no projeto de pesquisa-ação transdisciplinar envolvendo as pesquisadoras, agroecologistas e profissionais de redes comunitárias e elabora uma interessante reflexão sobre comunicação e tecnologia interseccionada ao gênero e raça. Para isso, as autoras lançam mão de um olhar feminista, anti-racista e ocupado de pensar como gênero, raça e colonialidade como partes constitutivas do fazer tecnológico e suas implicações na construção e sustentabilidade em redes comunitárias. Neste escopo, as autoras tecem

reflexões e aportes relevantes sobre interseccionalidade geradas no coletivo a partir dessas interações.

Para encerrar o dossiê, o texto nominado “Colonialidade do saber e pesquisa situada: um diálogo metodológico a partir de uma experiência de pesquisa feminista-interseccional”, de autoria de Rafaela Soares Villar, Sthefany Lacerda da Silva e Camila Peixoto Farias, nos brinda com diálogos e proposições situadas sob reflexões de uma experiência de pesquisa com o grupo *Agora é que são elas*. Deste lugar, desta relação, as autoras investem na proposta e avançam nos debates da aplicação empírica ou prática - em diferentes atividades de pesquisa, ensino e extensão - da metodologia de pesquisa situada. O artigo encerra constatando que, “mesmo que a parcialidade do(a) pesquisador(a) não seja admitida, esta estará, inevitavelmente, presente no processo de pesquisa”. Fato que, segundo as autoras, consiste em um aspecto inerente à qualquer produção científica, e, precisamente por esse lugar que ocupa, a posicionalidade deve ser reflexiva.

Ao fim dessa apresentação, cabe ressaltar também a diversidade regional das pesquisas apresentadas e das autorias, bem como os trabalhos recebidos de universidades formadas nas últimas décadas, a partir das políticas de expansão universitária. Essas posições, nada irrelevantes do ponto de vista da multiplicidade de perspectivas que enriquece a ciência brasileira e os estudos de gênero, são recebidas com celebração pelas organizadoras desse dossiê. Ainda, agradecemos ao trabalho das pareceristas e das editoras que trabalharam com generosidade e presteza para que o dossiê atingisse seus objetivos e estivesse disponível para a apreciação do público. Que estes trabalhos sejam muito lidos e suas pesquisas engrossem suas relações com as áreas desde onde são produzidas, são os nossos mais sinceros desejos e votos ao lançar essa publicação aos ventos. Boa leitura.